

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA

E agora, presidente Itamar? Você assumiu. Formou com habilidade o Ministério. Escolheu basicamente quem queria. E em geral escolheu



bem. Garantiu um amplo arco de apoio político. Mas a festa não acabou. Está apenas começando. Todos os convivas com dúvidas, desconfiados: será que vai dar certo? Será o presidente capaz? Não será o Ministério provincial demais? Saberá o governo o que fazer? Depois de tantos anos de crise, presidente, o pessimismo é muito grande no nosso Brasil. Ninguém mais confia em nada.

E, no entanto, presidente, todos têm a secreta esperança de que vai dar certo. De que o senhor e sua equipe podem muito bem terminar com a inflação. Eu partilho dessa esperança. Estou quase otimista a respeito. Paulo Haddad é um economista competente, com experiência e conhecimento da economia brasileira. Poderá fazer uma excelente dupla com Gustavo Krause, que é um político jovem, com personalidade forte e capacidade comprovada de administrar a coisa pública. O diagnóstico da crise está feito: é uma crise do Estado — uma crise fiscal e uma crise de modo de intervenção desse Estado. O problema agora para os dois ministros é ter a firmeza, a coragem e a habilidade para enfrentá-la, formulando com clareza as soluções. E em seguida poderem contar com o apoio do presidente, do Congresso e da sociedade.

Tanto ao lado do governo quanto da sociedade, uma atitude é fundamental: compreender que vivemos tempos anormais, que a crise que a economia brasileira enfrenta é gravíssima. Que a estagnação da renda por habitante já dura 12 anos. Que a inflação altíssima é insuportável e mortal para toda a economia. E que, portanto, diante de tempos anormais são necessárias soluções fora do co-

mum. O bom senso, o feijão com arroz, as receitas econômicas de livro-texto, a ortodoxia acomodada podem ser bons para tempos normais, para a Suíça. São inviáveis para um país que enfrenta uma crise aguda que se tornou crônica. O bom senso na política econômica faz sentido quando há "bom senso" na economia. Quando este não existe, são necessárias medidas heróicas. É preciso romper com o convencional.

Se governo e sociedade partirem desse pressuposto, dessa atitude geral, estarão criadas as condições para a estabilização. Estabilização que depende de duas ordens de ação. Em primeiro lugar, uma reforma tributária ampla, como início da reforma fiscal. Uma reforma tributária realizada ainda este ano. Imediatamente. Cheguei a aceitar a ideia da reforma de emergência. O governo Collor não tinha condições políticas para aprovar uma reforma ampla em 1992. Mas Tasso Jereissati me convenceu que agora é o momento da reforma tributária. É mais fácil obtê-la este ano do Congresso, que ainda se sente responsável pelo governo, do que em 1993, não obstante a facilidade representada pela revisão constitucional. A reforma ampla e imediata deve mexer o mínimo na

Constituição, e não deve alterar a distribuição da renda entre União, Estados e municípios, mas deve simplificar dramaticamente o sistema tributário e garantir uma carga tributária de 25% do PIB. Sei que há pouco tempo. Mas os estudos da Comissão Ary Oswaldo servirão de base. Se houver determinação do governo, tempo haverá.

Uma reforma assim será um sinal fundamental da mudança do regime de política econômica. Estabelecerá as condições para o acordo social, o acordo de salários e preços, que poderá terminar de chofre com a inflação. Não se terminam hiperinflações de outra maneira. Jamais se terminou uma hiperinflação gradualmente. Com política de prefixação mês a mês, muito menos com políticas monetárias convencionais. E a nossa inflação é uma hiperinflação, hiperinflação indexada, hiperinflação reprimida, mas hiperinflação, que marca sempre as economias que vivem tempos anormais.

Mas haverá apoio para a reforma tributária? E para o acordo social? Acredito que sim, desde que haja clareza e firmeza na proposta do governo. E desde que o apoio existente na sociedade se materialize.

Houve grandes avanços na so-

cidade, principalmente do lado dos trabalhadores. No caso da reforma tributária, porém, os empresários afirmam que são a favor, "desde que não se aumentem impostos". Ou, então, "desde que saibamos muito bem o que o governo vai fazer com o dinheiro". Embora de bom senso, nem uma nem outra coisa fazem sentido nos tempos anormais que vivemos. É impossível resolver uma crise fiscal com a gravidade da nossa sem aumentar impostos. É preciso aumentar impostos, e além disso (não em vez disso) cobrá-los melhor, reduzir despesas, privatizar, controlar os bancos estaduais.

Quanto ao contratualismo de só pagar impostos em troca de saber que o dinheiro será bem usado, caso a caso, dia a dia, nada é de mais bom senso. Mas novamente isso não faz nenhum sentido neste momento grave. Precisamos de uma reforma tributária imediata, urgente, heróica. E a melhor reforma tributária será aquela que o presidente da República e o ministro da Fazenda, depois de consultar quem acharem necessário, apresentarem ao Congresso. Essa reforma deverá ser aprovada por todos. Sem muita discussão. E sem pão-durismo. A sociedade brasileira está pagando muito mais por não resolver a crise. Qual a troca, então? É a redução da inflação nos próximos meses. Agora a sociedade e o Congresso devem garantir tudo o que os dois ministros da área econômica pedirem, mas estes devem deixar claro qual o prazo para uma clara estabilização. Um prazo que provavelmente não poderá exceder seis meses. Se a estabilização não ocorrer nesse prazo, os ministros deverão pedir demissão. Tiveram o apoio da sociedade, do presidente, e falharam. Mas agora eles estão começando. Precisam de todo o apoio. O apoio a que têm direito todos aqueles que devem comandar uma guerra, todos aqueles que devem enfrentar um inimigo mortal, que está ameaçando a Nação. E agora, Brasil?

